

**JULIANA DIAS**  
A TARDE BSB

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciou o deputado federal Lúcio Vieira Lima (MDB), o ex-ministro Geddel Vieira Lima (preso na Papuda, em Brasília), a mãe dos dois políticos, Mariuza Vieira Lima, e outras cinco pessoas pelo crime de peculato. Caberá ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes analisar o caso. O grupo é acusado de se apropriar de recursos públicos destinados a cursos públicos destinados ao pagamento de salários de "funcionários fantasmas" em uma prática que teria se iniciado em 1989, com o pai de Geddel e Lúcio, o então deputado Afrísio Vieira Lima.

Na denúncia, Raquel Dodge sustenta que a família se apropriava de até 80% dos valores destinados aos secretários parlamentares Job Ribeiro Brandão, Valério Sampaio Sousa Junior, Cláudia Ribeiro Santana, Milene Pena e Paulo Cezar Batista. Segundo Dodge, eles eram nomeados como assessores, mas executavam tarefas de interesses pessoais e de negócios da família Vieira Lima, como serviços de contabilidade, motorista e cuidador. "Outros funcionários moravam em cidades distantes de Salvador e de Brasília e, confesadamente, nunca exerceram qualquer função relacionada à Câmara dos Deputados, porém", registra a PGR.

A estimativa é que o grupo tenha desviado mais R\$ 5,2 milhões com as nomeações indevidas. Apenas no caso de Job Ribeiro Brandão, cujo depoimento levou a descoberta da prática criminosa, foram desviados R\$ 4,3 milhões ao longo de 27 anos, período em que, mesmo ocupando o cargo de secretário parlamentar, desenvolveu atividades privadas. "Job tomou posse por procuração e nunca trabalhou nos gabinetes de Lúcio e de Geddel, em Brasília. Nunca trabalhou em sedes de partidos, nem em escritórios de apoio parlamentar no estado de origem [...] Não se dirigia nem interagia com o eleitorado ou lideranças políticas. Nunca teve sua jornada de trabalho ou frequência aferida ou informada à Câmara dos Deputados", registrou a denúncia. Job não foi denunciado por peculato por ter colaborado com as investigações, de acordo com a PGR, revelando detalhes

**JUSTIÇA** Irmãos e mais seis pessoas são acusados de se apropriar de recursos públicos destinados ao pagamento de salários de 'funcionários fantasmas'

## PGR denuncia Geddel e Lúcio por crime de peculato



Job Cruz / EBC-FotoPublicas / Divulgação / 24.5.2016



Antonio Cruz / Agência Brasil / 8.12.2015

**Irmãos já haviam sido denunciados por lavagem de dinheiro e associação criminosa no caso dos R\$ 51 milhões**

646,7 mil aos cofres públicos. As investigações revelaram que entre 2010 e 2015, Valério Junior morava e estudava em Vitória da Conquista.

No caso de Cláudia Ribeiro, a Câmara dos Deputados gastou R\$ 90,8 mil em salários, embora ela nunca tenha prestado serviço público. Residindo em Teixeira de Freitas, Cláudia, ao ser interrogada, não sabia onde ficavam os escritórios de representação de Lúcio Vieira Lima. A denúncia relata ainda desvios de recursos públicos decorrentes das nomeações de Milene Pena Miranda (R\$ 26 mil) e Paulo Cezar Batista (183,8 mil).

### Bunker

As nomeações indevidas e os desvios dos recursos foram identificados durante as investigações de outro inquérito, o relacionado aos R\$ 51 milhões encontrados no ano passado em um apartamento usado pela família em Salvador. Em 2017, os irmãos foram denunciados por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Na época, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou como origem do dinheiro práticas criminosas como corrupção e peculato.

De acordo com Dodge, os R\$ 51 milhões são fruto de crimes divididos em três grupos, dois ligados a práticas de corrupção (no âmbito das operações Lava Jato e Cui Bono) e o terceiro referente a peculato, alvo desta denúncia.

A PGR pede que os denunciados devolvam o valor corrigido aos cofres públicos e que tenham a pena calculada considerando a quantidade de vezes que cometeram o peculato. Ela também quer que seja decretada a perda da função pública dos acusados que ocupam cargo ou emprego público ou mandato eletivo.

desconhecidos do esquema. Além de Job Brandão, Valério Sampaio Sousa Junior e Cláudia Ribeiro Santana também foram nomeados como secretários parlamentares sem terem prestado serviço à Câmara. No caso de Valério Junior, a prática criminosa durou entre 2010 e 2017, um prejuízo estimado de R\$

que, mesmo ocupando o cargo de secretário parlamentar, desenvolveu atividades privadas. "Job tomou posse por procuração e nunca trabalhou nos gabinetes de Lúcio e de Geddel, em Brasília. Nunca trabalhou em sedes de partidos, nem em escritórios de apoio parlamentar no estado de origem [...] Não

**Estimativa é que o grupo tenha desviado mais de R\$ 5,2 milhões com nomeações indevidas**

### GASTOS

## Câmara aprova projeto que flexibiliza Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios

**HELOÍSA CRISTALDO**  
Agência Brasil, Brasília

O plenário da Câmara aprovou ontem projeto que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao permitir que municípios ultrapassem o limite de gastos com despesa de pessoal sem sofrer punições. O texto segue para sanção presidencial.

Pela proposta, a medida alcançará apenas os municípios cuja receita tenha queda maior que 10% em decorrência da diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) oriundas de concessão de isenções tributárias pela União e devido à diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais.

Com a aprovação, municípios poderão receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e tratar operações de crédito, mesmo se não reduzirem despesas com pessoal que estejam acima do limite.

O deputado Bebeto



Luiz Macedo / Câmara dos Deputados / Divulgação

**Após a Câmara, projeto segue para sanção presidencial**

**Medida mira municípios por atingidos por redução de receitas do FPM e de royalties**

(PSB-BA) defendeu que o projeto não quer flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Qual é o centro do PLP? É que quando haja, por parte do governo federal, por exemplo, uma desoneração exacerbada de folha de pagamento com impacto direto nas receitas de estados e municípios, na formação do FPM, ou que haja

### DELICADA - SITUAÇÃO

JOSE MENDONÇA

joseandremendonca@hotmail.com

Passarei experiência como diretor de uma empresa de vinte mil funcionários, comecei jovem e deixei 1975. Nossa empresa Mendonça Supermercados, Feira de Santana 1976 a 1987. Hoje atuo na área de pecuária, agricultura, Saldão, correção salarial, prioridade, sonegação de impostos zero. A família ferrens, fiscalização estadual, federal e a Justiça do Trabalho, podem testemunhar.

Como Prefeito do Município Ipiati-BA 2001 a 2008, primeiro ato, cancelar liminar que permitia não recolher à Previdência Social, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público, Judiciário, CGU - Controladoria Geral da União, a família piauienses acompanharam. Presidente da Câmara Vereadores 2009 a 2010, mesmo comportamento. As eleições sem promessas nem boca de urna.

Brasil com essa carga tributária gerada pela corrupção não tem condição de competir nos mercados interno e internacional, mesmo sendo um dos países mais ricos do mundo em clima, solo, subsídio e o sangue africano que constitui o Brasil.

A carga tributária poderá baixar para metade, parando a corrupção. Congresso Nacional não atrapalhar também o Presidente eleito, que já mostrou autodeterminação formando o Ministério. Incluiu parlamentares e políticos, não poderiam deixar de fazer parte. Na democracia necessário relacionamento com os parlamentares.

**NEGOCIAÇÃO** não pode existir, parlamentares têm o voto do povo, aprovar leis, orçamento da União, projetos executivos com orçamentos, cronograma de obra, desembolso financeiro, acompanhar e fiscalizar o governo. O povo acompanhar comportamento dos mesmos, está no meu pensamento Ministro que o Presidente perder a confiança, substituir.

Tenho administração, encargos sociais, leis trabalhistas deixadas, pelos governos Getúlio Vargas. O momento é outro, tenho opinião formada. Na nossa empresa, Feira de Santana os funcionários participavam de vinte por cento do lucro operacional depois do imposto de renda.

Não sei do meu pensamento permitir encargos sociais pela participação da sociedade trabalhadora na administração e no lucro, íntia a sonegação, só no lucro não evita manipulação.

Empresa continuar recolhendo fundo de garantia e bloquear percentual para décimo terceiro salário, para proteger o funcionário de empresas que fecham por má administração ou falta de lucro. Indispensável recolher o fundo de garantia para assegurar o direito do funcionário, se der lucro a empresa vincular ao lucro para distribuição.

Temos que pensar no avanço tecnológico, próximos vinte anos o mercado só atenderá cinquenta por cento da sociedade, investir forte na educação. Pensar na grandeza que representa a reforma agrária, indispensável reforma política e previdenciária. O próximo governo e o Congresso estão na mão do povo e na capacidade do Presidente e Ministros.

**PARA SE INTERAR DO MEU PENSAMENTO SOBRE REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE, REFORMA POLÍTICA E PREVIDENCIÁRIA ENTRE NO FACEBOOK: JOSE A. MENDONÇA**

O Grupo OPA (ORAÇÃO PELA ARTE) apresenta:

**Auto de Natal**

QUEM CRIOU O PRESEPIO?



18 DE DEZEMBRO

A PARTIR DAS 20H

TEATRO SESO - CASA DO COMÉRCIO

REALIZAÇÃO:

OPPA

DOE LEITE EM PÓ PARA AS INSTITUIÇÕES DO MESA BRASIL SESO

VENDA DE INGRESSOS:

@grupo-opa

@ababimilmariafotografar

APÓIO:

SESO

SESO

SESO